

# Tributos Indiretos

Análise Comparativa União Europeia e Mercosul

2024

Fábio Luiz Gomes

**TRIBUTOS INDIRETOS**

*ANÁLISE COMPARATIVA UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL*

© Almedina, 2024

AUTOR: Fábio Luiz Gomes

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA-CHEFE: Manuella Santos de Castro

EDITOR PLENO: Aurélio Cesar Nogueira

PRODUTORA EDITORIAL: Erika Alonso

ASSISTENTES EDITORIAIS: Letícia Gabriella Batista, Tacila da Silva Souza e Laura Pereira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584936878

Março, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Gomes, Fábio Luiz

Tributos indiretos : análise comparativa União  
Europeia e Mercosul / Fábio Luiz Gomes. – São  
Paulo: Almedina, 2024.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8493-687-8

1. Brasil. Leis etc. Regulamento aduaneiro
  2. Comércio internacional
  3. Direito tributário
  4. Mercosul Comércio
  5. Reforma tributária
  6. Tributos – Leis e legislação
  7. União Europeia
- I. Título.

24-192453

CDU-341.336.2

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito tributário internacional 341:336.2
- Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil  
www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
<b>CAPÍTULO 1 – REFORMA TRIBUTÁRIA DOS TRIBUTOS INDIRETOS NA UNIÃO EUROPEIA</b>	27
1.1. DESAFIOS FREQUENTES DO IVA NA UNIÃO EUROPEIA	27
1.1.1. Aperfeiçoamento da União Europeia – Breviário normativo	27
1.1.2. Harmonização dos Tributos Indiretos na União Europeia	29
1.1.3. Administração Fiscal Europeia	35
1.1.4. Tridimensionalidade da Administração Fiscal na União Europeia – Gênese e Prospecção	46
1.2. DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO DE BENS E SERVIÇOS	53
1.2.1. Internet e as diversas transações <i>on line</i>	53
1.2.2. Antecedentes históricos	56
1.3. ANÁLISE DO IVA NO DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO EUROPEU – DIRETIVA 2008/8/CE – MÉTODOS E CONCEITOS DO FATO GERADOR – PROBLEMÁTICAS	60
1.3.1. Aspectos gerais – Comércio Eletrônico Europeu – Diretiva 2008/8/CE	60
1.3.2. Moss: Mini One Stop Shop – Mini Balcão Único	64
1.3.3. Implementação da Diretiva 2008/8/CE	69
1.3.4. Download de músicas, imagens e software, jogos on line etc	70
1.3.5. Mercado Único Digital (digital single Market)	71
1.3.6. Necessidade de uma visão tridimensional do IVA nas transações digitais interna/intrabloco/internacional	76
1.3.7. Mercado Único Digital e a Concorrência Fiscal	77
1.4. PLANO DE AÇÃO SOBRE O IVA – 2016	78
1.4.1. Princípios Gerais	79
1.4.2. Maior liberdade aos Estados para alíquotas reduzidas do IVA e a expansão do princípio do Estado de Destino	80

## TRIBUTOS INDIRETOS

1.4.3.	Aprimorar o sistema fiscal de modo que esteja adequado ao desenvolvimento do comércio eletrônico	80
1.4.4.	Necessidade de uma Aproximação do Direito Contratual dos Estados-Membros da União Europeia	84
<b>CAPÍTULO 2 – REFORMA TRIBUTÁRIA DOS TRIBUTOS INDIRETOS NO MERCOSUL UMA NECESSIDADE URGENTE</b>		87
2.1.	<b>HARMONIZAÇÃO DOS TRIBUTOS INDIRETOS NO MERCOSUL – FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM MERCADO INTERNO</b>	87
2.1.1.	Predecessores à instituição do Mercosul	87
2.1.2.	Mercosul – o anelo integracionista de formação de um mercado comum	90
2.2.	<b>TRIBUTAÇÃO ADUANEIRA – IMPORTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA</b>	95
2.2.1.	Código Aduaneiro no Mercosul	113
2.2.2.	Fronteira digital – Tributação digital e o território do Mercosul	113
2.3.	<b>REFORMA TRIBUTÁRIA NOS ESTADOS-PARTES DO MERCOSUL – UMA HARMONIZAÇÃO TRIBUTÁRIA NECESSÁRIA. OS CASOS DA ARGENTINA, PARAGUAI E URUGUAI</b>	117
	Introdução	119
2.3.1.	Reformas Tributárias na Argentina	120
2.3.2.	Reformas Tributárias no Uruguai	124
2.3.3.	Reforma Tributária no Paraguai	128
2.4.	<b>REFORMA TRIBUTÁRIA NOS ESTADOS-PARTES DO MERCOSUL – UMA HARMONIZAÇÃO TRIBUTÁRIA NECESSÁRIA. O CASO DE BRASIL</b>	131
2.4.1.	Breves considerações conceituais – interpretação clássica Reforma Tributária de 1965 e a formação conceitual dos elementos materiais do fato gerador do ICM, IPI e ISS	131
2.4.2.	Análise dos conceitos “operações” relativas à “circulação de mercadorias” – ICM, “produtos industrializados” – IPI e “prestação de serviços” – ISS nos termos da reforma tributária de 1965	135
2.4.3.	Reforma Tributária Constitucional de 1988	140
2.4.4.	Camaleões normativos conceituais acrescidos pós-Reforma Tributária de 1988	143

<b>CAPÍTULO 3 – REFORMA TRIBUTÁRIA DOS TRIBUTOS INDIRETOS COMO CONDICIONANTE PARA FORMAÇÃO DE UMA ZONA DE LIVRE COMÉRCIO BIREGIONAL ENTRE UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL – ELEMENTO DE PROPULSÃO PARA UMA REFORMA TRIBUTÁRIA DOS TRIBUTOS INDIRETOS EM ÂMBITO INTERNACIONAL</b>	177
<b>3.1. COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS E SERVIÇO</b>	177
3.1.1. Dimensões Conceituais	177
3.1.2. Subordinação conceitual aos elementos essenciais de bens e serviços	178
<b>3.2. GÊNESE DA PROPOSTA DE ACORDO BIRREGIONAL ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA</b>	180
3.2.1. Acordo-quadro – Pilar de formação	180
3.2.2. Acordo de Associação Mercosul-União Europeia – 4 de Julho	180
3.2.3. Transações de bens e serviços inter-regional	183
<b>3.3. HARMONIZAÇÃO DOS TRIBUTOS INDIRETOS E A FORMAÇÃO DE UMA CONCEPÇÃO UNIFORME – NORMAS REGIONAIS, INTRARREGIONAIS E INTERNACIONAIS CONTRATUAIS</b>	190
Introdução	190
3.3.1. Contrato Internacional de compra e venda de mercadorias – CISG – United Nations Convention on International Sale of Goods de 1980	191
3.3.2. Elemento de conexão entre a Harmonização Fiscal e a Harmonização Contratual Internacional (CISG)	194
<b>3.4. TRATADOS INTERNACIONAIS MULTILATERAIS – FORMAÇÃO DE BLOCOS REGIONAIS – ACORDO INTERREGIONAL – DESAFIOS DA INTERPRETAÇÃO SEMIÓTICA – PERDA DO SENTIDO LITERAL DAS CONCEPÇÕES DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS</b>	196
Introdução	196
3.4.1. Signo Linguístico	197
3.4.2. Semiótica e as normas jurídicas tributárias	198
3.4.3. Semiótica dos conceitos tributários	00
3.4.5. Desafios lingüísticos – formação das normas fiscais internacionais e de Integração	199
<b>3.5. IMPOSTO SOBRE VALOR ACRESCENTADO COMO TRIBUTO HARMONIZADOR NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL – PREMISA PARA UM TRATADO INTRARREGIONAL</b>	201
3.5.1. Configuração do IVA como tributo internacional – “Big Bang” do Terceiro Milênio – Fronteiras e Princípio da Territorialidade – Soberania Fiscal	201
3.5.2. Conclusão	207

## TRIBUTOS INDIRETOS

3.6. TRANSAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS NO DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL E A TRIBUTAÇÃO ATRAVÉS DO IMPOSTO SOBRE VALOR ACRESCENTADO – IVA – DESTAQUES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS TRANSAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS NO COMÉRCIO INTERREGIONAL ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E O MERCOSUL	208
3.6.1. Noções	208
3.6.2. Harmonização do IVA e o desenvolvimento do comércio eletrônicoeletrônico	211
3.7. ERA DIGITAL TRIBUTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NAS NUUVENS (CLOUD COMPUTING) NO ÂMBITO INTERNACIONAL	217
3.7.1. Noções iniciais	217
3.7.2. Tributação de bens intangíveis e serviços prestados de forma digital	219
3.7.3. <i>Cloud computing</i> e o armazenamento de dados tradicional	222
3.7.4. Tributação através de plataformas digitais	231
3.7.5. Plataforma digital como instrumento de pagamento de tributo – IVA	232
3.7.6. Responsabilidade do gestor da plataforma digital pela cobrança do IVA	233
3.8. CONDUTO NO TERCEIRO MILÊNIO DAS TRANSAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS E AS IMPLICAÇÕES INTERNACIONAIS ORIUNDAS DA ERA DIGITAL CRISE DO VÍRUS COVID-19 E O PROCESSO DE ACELERAÇÃO DESENVOLVIMENTISTA TECNOLÓGICO IMPLICAÇÕES AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL	235
3.8.1. Noções iniciais	235
3.8.2. Crise Global decorrente da pandemia do COVID-19 e suas conseqüências	235
3.8.3. Aceleração e Desenvolvimento do Comércio Eletrônico	237
3.8.4. Crise de 2007/2009 – Exemplo Pós-pandemia no aspecto financeiro e tributário	240
3.8.5. Processo de assenhramento do trabalho por robôs efeito pandemia COVID-19 necessidade de harmonização fiscal internacional	241
3.8.6. Prospecção da Saúde e da Economia – implicações ao comércio eletrônico	243
3.8.7. A pandemia e a descortinação da objetificação do ser humano	244
3.8.8. Grave Crise da Commodities do Petróleo – Repercussões tributárias no âmbito internacional e nos Estados	245
3.8.9. Implicações na tributação internacional de bens e serviços	246
3.8.10. Desintegração do processo de globalização e regionalização?	250
3.8.11. Retorno a bussola da racionalidade	252
CONCLUSÕES	257
REFERÊNCIAS	265